



Enfrentamento à violência doméstica e familiar contra **Mulher**

GRATUITA

Essa publicação
não pode ser
comercializada

9

**Gênero,
Masculinidades
e Violência**

CRISTIAN S. PAIVA



universidade
aberta
donordeste



Fundação
**Demócrito
Rocha**

FUNDAÇÃO DEMÓCRITO ROCHA

Luciana Dummar
Presidente

André Avelino de Azevedo
Diretor Administrativo-Financeiro

Raymundo Netto
Gerente Editorial e de Projetos

Aurelino Freitas, Emanuela Fernandes e Fabrícia Góis
Analistas de Projetos

UNIVERSIDADE ABERTA DO NORDESTE (Uane)

Viviane Pereira
Gerente Pedagógica

Marisa Ferreira
Coordenadora de Cursos

Joel Bruno
Designer Instrucional

CURSO ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER

Valéria Xavier
Concepção e Coordenadora Geral

Leila Paiva
Coordenadora de Conteúdo

Raymundo Netto
Coordenador Editorial

Andrea Araujo
Editora de Design e Projeto Gráfico

Miqueias Mesquita
Designer

Daniela Nogueira
Revisora

Carlus Campos
Ilustrador

Luísa Duavy
Produtora

Fernando Diego
Analista de Marketing

Este fascículo é parte integrante do Projeto “**Programa de Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher**”, em atendimento do Contrato Nº 74/2020 firmado entre a Fundação Demócrito Rocha e a Assembleia Legislativa do Estado do Ceará e do Termo de Fomento Nº 02/2020 firmado entre Fundação Demócrito Rocha e Câmara Municipal de Fortaleza.





SUMÁRIO

1. A mínima diferença: mulheres e homens	132
2. Não se nasce mulher, torna-se... não se nasce homem, torna-se	133
3. Compreender o Binarismo	134
4. O que podemos concluir disso?	136
5. Do arbitrário eternizado ao problema do gênero	137
6. A construção da masculinidade como conceito e como campo de estudos	138
7. Entendendo o debate	140
Referências	143



1

A MÍNIMA DIFERENÇA: MULHERES E HOMENS

A proposta deste texto é de refletir, a partir de um olhar de gênero, sobre **homens e masculinidade** – melhor seria dizer *as masculinidades*, como veremos a seguir –, ferramenta conceitual útil para poder pensar suas intersecções com a violência doméstica.

Retomamos, então, a questão da “mínima diferença” entre homens e mulheres, entre masculinidade e feminilidade, questão antiga e problematizada de diferentes maneiras ao longo da história, ainda que com algumas persistências, especialmente aquela relacionada à submissão das mulheres à ordem patriarcal nas sociedades, já bastante discutida por diversas autoras (desde uma perspectiva da crítica ao patriarcado até as contemporâneas análises descoloniais e contracoloniais). Entender a violência contra as mulheres, em sua multiplicidade de manifestações, exige-nos, portanto, **uma compreensão relacional do sistema de sexo-gênero** (para utilizar os termos da antropóloga Gayle Rubin), em que homens e mulheres são socializados e vivem suas experiências como sujeitos.

A crítica feminista, acumulada pelo menos nos últimos 50 anos, produziu riquíssimo aporte de conhecimento sobre as mulheres, induzindo também amplas transformações políticas na cidadania de mulheres e revelando dimensões invisibilizadas de opressão no que diz respeito à vida familiar/conjugal, ao corpo, à maternidade, à vida profissional etc. A epistemologia feminista ajudou a produzir uma nova imagem sobre o feminino na cultura e sobre a inserção da mulher na sociedade. Ou seja, as mulheres passaram por um profundo trabalho de reflexão e de crítica sobre si mesmas e sobre as situações sociais que as subalterniza(va)m e mobilizaram-se no sentido de avançar em termos de sua capacidade de agir.

O sociólogo britânico Anthony Giddens afirma que devemos aos movimentos de mulheres e feministas e aos movimentos gay e lésbico (hoje diríamos LGBTQI+) uma transformação socio-histórica profunda no sentido de ampliação da exigência democrática a dimensões tidas como “irrelevantes politicamente”, tais como: sexualidade, intimidade, aspirações emocionais, relação entre pais e filhos (poderíamos acrescentar: questões relativas à raça, ao imperativo da beleza etc.). Essa **transformação da intimidade** caminharia rumo a uma democracia emocional, “uma total democratização do domínio interpessoal, de maneira plenamente compatível com a democracia na esfera pública” (p. 11). Essa mudança no **equilíbrio da balança de poder** entre homens



PARA REFLETIR

Podemos evocar o exemplo da discussão recente nas redes sociais, envolvendo a sentença aberrante de “estupro culposo”, citada na imprensa acerca da decisão de um juiz num processo de acusação de estupro, gerando reação de diversos segmentos da sociedade, sintetizados na hashtag **#JusticaPorMariFerrer**.

e mulheres, adultos e crianças, estudada por Norbert Elias, ajuda-nos a entender discursos de teor conservadores que produzem pânico social sobre o fim da família, sobre a ameaça de sexualização das crianças, alimentando o combate à autonomia das mulheres, ao reconhecimento da cidadania sexual e, com isso, reintroduzindo pautas masculinistas e machistas. Ainda que em meio a retrocessos e resistências conservadores, é inegável a profunda transformação na vida pessoal e social de mulheres.

No que concerne à sociedade brasileira, com traços estruturais de patriarcalismo, classismo, machismo e racismo, a agenda democrática encontra-se tensionada, numa nova configuração de forças entre sociedade e Estado. E, no que importa ao interesse de discutir relacional e contextualmente a(s) masculinidade(s) e a questão da democracia emocional, poderíamos indagar: como anda a balança de equilíbrio de poder nas relações interpessoais? O trabalho político de coletivos de mulheres que recusam uma “essência” universal e imutável do feminino (essa suposta essência traduzida prosaicamente na piada maldosa da “bela, recatada e do lar”) ficou no meio do caminho? Somos homens e mulheres com sentimentos e aspirações “modernas”? Reinventamos nossas expectativas? Somos arcaicos? Abrimos mão das histórias de contos de fada, habitados por princesas e príncipes?

E quanto aos homens? O que fizeram de si? Que identidades masculinas e perfis de masculinidade encontramos na sociedade?

2

NÃO SE NASCE MULHER, TORNA-SE... NÃO SE NASCE HOMEM, TORNA-SE

Feita essa sucinta e indispensável articulação com as transformações socio-históricas no âmbito das lutas de mulheres, vamos falar agora sobre alguns mecanismos de produção de diferença social baseados na diferença sexual, isto é, como se constroem, de modo **binário e diferencial**, as socializações, as aprendizagens do desejo e as performances de gênero relacionadas ao masculino e ao feminino. De modo que só é possível falar de masculino e masculinidade a partir da construção relacional com o feminino e a feminilidade (estes tomados, historicamente, como polo negativo da relação, veremos adiante). Dizendo de outra forma, não há uma essência da masculinidade assim como não há uma essência da feminilidade.

Portanto, falar sobre **homens e masculinidades** é falar sobre as *tecnologias de gênero* (Lauretis, 1994) que produzem e consolidam culturalmente as diferenças de sexo-gênero, mediante a internalização de pressupostos normativos que passam a reger o cotidiano das vidas de homens e

mulheres, articulados também com mecanismos de produção de diferença que são estruturais nas sociedades e, em especial, na sociedade brasileira. Em outras palavras, pensar a produção do masculino e do feminino enquanto tecnologias de gênero nos permite elucidar conexões entre práticas, valores, representações incorporadas nas nossas *vidas pessoais* enquanto homens e mulheres, e **mecanismos sociais de regulação** de nossos corpos, nossas emoções, nossos projetos biográficos. Porque, fato de nossa espécie sexuada, chegamos ao mundo como bebês **designados macho ou fêmea** (embora essa suposta “evidência” precise também ser esclarecida) e nos fazemos como pessoas a partir dessa designação da nossa anatomia. **E nascer homem ou mulher no mundo faz toda a diferença.** Então, anatomia, socialização e normas culturais internalizadas operam imbricadamente, com o pressuposto da cis-heteronormatividade. Deve ser por isso que, lembra-nos o pai da psicanálise, de todas as espécies animais, a espécie humana é aquela que repetida e persistentemente se interroga e se equivoca sobre esse “ser homem” e “ser mulher”. E, em diferentes contextos socio-históricos, há uma cota de sofrimento e vulnerabilidade associados aos homens e às mulheres.

Para esta conversa sobre homens e masculinidades, retomemos a afirmação da escritora francesa Simone de Beauvoir, que “não se nasce mulher, torna-se”, para expandi-la, e dizer que também “não se nasce homem, torna-se”, em muitos casos a duras penas (a despeito da série de privilégios culturais previstos de antemão para o homem). Assim, **o ser homem e o ser mulher**, longe de serem dados *a priori*, são *construções sociais* incorporadas pelos indivíduos a partir de um processo contínuo e quase invisível



SAIBA MAIS

A socióloga Eva Illouz (2014) analisou uma versão modernizada desse mito do príncipe encantado no contexto da sociedade globalizada, neoliberal e hiperindividualista a partir do sucesso mundial do livro *Cinquenta tons de cinza*, da escritora E. L. James.

A autora sugere que a trama envolvendo o contrato de submissão assinado por Anastacia a Christian Grey (encarnação do príncipe irresistível), consumido por milhões de leitoras no mundo inteiro, nos oferece uma boa lente para analisar a gramática emocional da contemporaneidade, permeada por aspirações emocionais profundamente tradicionais nos relacionamentos amorosos.

COMPREENDER O BINARISMO

de regulação e aprendizagem sobre o que fazer do corpo, que sentimentos convém experimentar, como relacionar-se com a sexualidade, mas também a que expectativas sociais atender, que projetos biográficos escolher (desde a escolha de um esporte, de uma carreira profissional até a relação com a violência, a saúde e a doença).

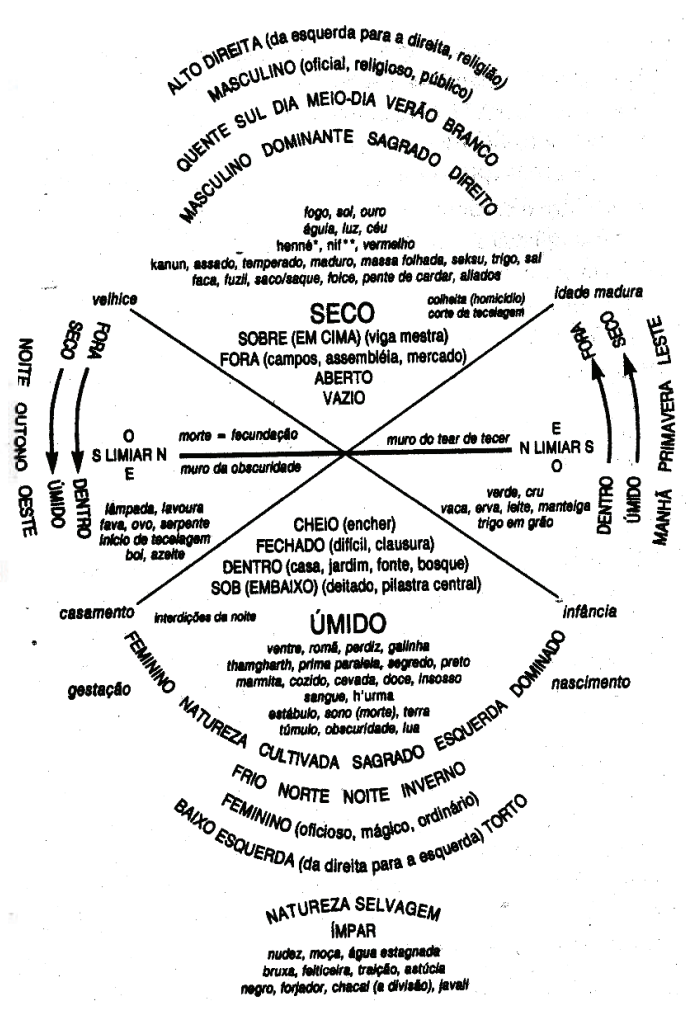
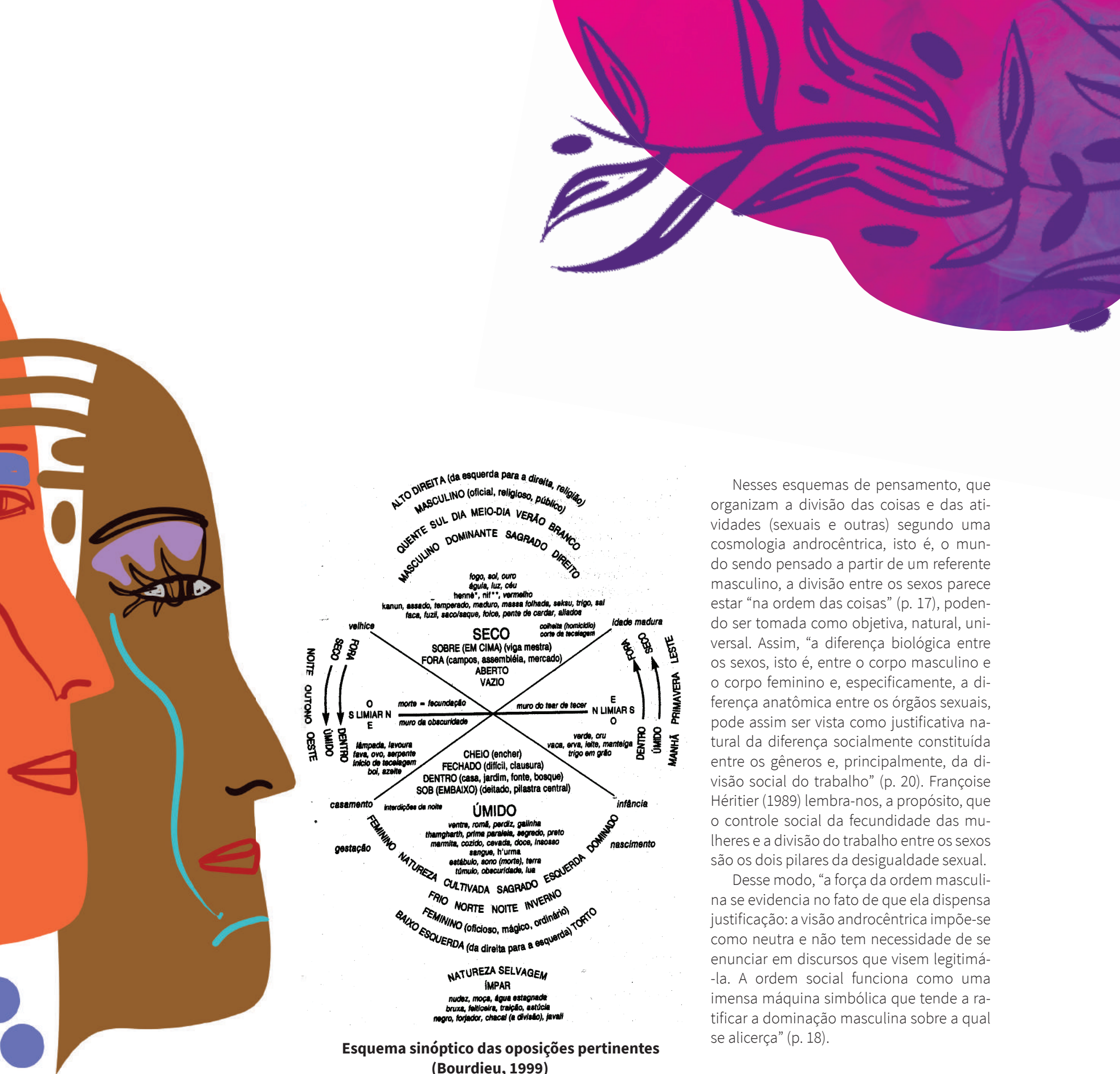
Além de ser construção social, a produção de masculinidade e feminilidade é diferencial, ou seja, há um estoque de aprendizagens e experiências previstas pela cultura para cada um dos sexos/gêneros. Essa socialização diferencial e binária, imposta pela norma homossexual dominante, opera desde cedo na vida dos indivíduos, de tal modo que nos parecem naturais, universais, inquestionáveis. O psicanalista francês Jacques Lacan recorre à alegoria da “segregação urinária”: desde pequenas, diante do banheiro, as crianças têm de relacionar as iniciais H e M, escritas à porta dos banheiros – a ordem simbólica reduzida a essas duas letras –, a seus destinos sexuados. Desde então, homens e mulheres cumprem seus destinos diferenciados.

Não seria mais assim? O exemplo do banheiro é exemplar ao revelar a profunda articulação entre necessidades fisiológicas e normas socioculturais (educativas, políticas e até jurídicas) assim como ao revelar as ansiedades, inseguranças e reivindicações contemporâneas sobre esse ser homem e ser mulher. O que mudou?

Aprendemos a pensar as diferenças entre masculino e feminino como estritamente binárias, excludentes e marcadas por evidências, sendo qualquer indefinição ou travessia entre os polos da masculinidade e da feminilidade sentida como ameaçadora à ordem sexual e, por isso, interdita. Como explicar a persistência desse esquema binarista, em que o masculino aparece como referência positiva e privilegiada?

O sociólogo e antropólogo Pierre Bourdieu, no livro *A dominação masculina*, nos convida a pensar a questão da permanência e da mudança da ordem sexual, partindo de sua experiência de pesquisa em uma sociedade tradicional do norte da África, a sociedade cabila. Nessa sociedade, “as diferenças sexuais permanecem imersas no conjunto das oposições que organizam todo o cosmos, os atributos e atos sexuais se vêem sobrecarregados de determinações antropológicas e cosmológicas” (p. 15). É como se as oposições percebidas na relação com os eventos físicos da natureza (quente/frio, duro/mole, seco/úmido, direita/esquerda, forte/fraco, fora/dentro, dia/noite etc. Ver esquema a seguir) servissem de matriz para pensar a diferença entre homem/mulher, masculino/feminino, conferindo à oposição sexual inteligibilidade e necessidade objetiva.





Esquema sinóptico das oposições pertinentes (Bourdieu, 1999)

Nesses esquemas de pensamento, que organizam a divisão das coisas e das atividades (sexuais e outras) segundo uma cosmologia androcêntrica, isto é, o mundo sendo pensado a partir de um referente masculino, a divisão entre os sexos parece estar “na ordem das coisas” (p. 17), podendo ser tomada como objetiva, natural, universal. Assim, “a diferença biológica entre os sexos, isto é, entre o corpo masculino e o corpo feminino e, especificamente, a diferença anatômica entre os órgãos sexuais, pode assim ser vista como justificativa natural da diferença socialmente constituída entre os gêneros e, principalmente, da divisão social do trabalho” (p. 20). Françoise Héritier (1989) lembra-nos, a propósito, que o controle social da fecundidade das mulheres e a divisão do trabalho entre os sexos são os dois pilares da desigualdade sexual.

Desse modo, “a força da ordem masculina se evidencia no fato de que ela dispensa justificação: a visão androcêntrica impõe-se como neutra e não tem necessidade de se enunciar em discursos que visem legitimá-la. A ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica que tende a ratificar a dominação masculina sobre a qual se alicerça” (p. 18).

4

O QUE PODEMOS CONCLUIR DISSO?

Para o autor francês, o estudo sobre a sociedade cabila nos permite compreender como se produz um trabalho de **naturalização e eternização** da ordem homossexual, com persistências nas sociedades atuais. A construção socio-histórica dos corpos torna-se imperceptível, eternizando as estruturas da divisão sexual e social (que são, no entanto, produzidas historicamente e socialmente). Isso se dá por meio de um trabalho psicossomático de incorporação de formas de pensamento, esquemas de sensibilidade e sistemas de moralidade baseados no primado da masculinidade e que persistem na forma como os indivíduos, homens e mulheres, se relacionam com seus corpos, seus desejos e seu julgamento, baseados num **incons-**

ciente androcêntrico, do qual é extremamente difícil se desembaraçar.

Podemos sentir a força desse processo de naturalização e eternização do primado da masculinidade ao longo da história a partir de diversos exemplos, que constituem o que o historiador Alain Corbin (2013), chama de “tradição imemorial da virilidade”, associando-se o *vir* a numerosas qualidades entrecruzadas: “ascendência sexual misturada à ascendência psicológica, força física à força moral, coragem e ‘grandeza’ acompanhando força e vigor”. Mesmo que, hoje, com as reivindicações à igualdade e com a exigência democrática na esfera da vida pessoal, mencionadas no início do nosso texto, a superioridade do macho e a “autoridade” do homem sobre a mulher não saberiam ter mais qualquer fundamento.



5

DO ARBITRÁRIO ETERNIZADO AO PROBLEMA DO GÊNERO

Temos agora elementos para entender como a discussão sobre o masculino e a masculinidade surgiu, digamos, tardiamente, se comparada à problematização produzida pelas mulheres sobre sua condição social e sobre o feminino na cultura, assim como por gays e lésbicas, condenados à invisibilidade pela norma sexual heterocêntrica. Esses coletivos, subalternizados por uma ordem sexual tradicional, orientada pela dominação masculina naturalizada, materializada no controle do corpo das mulheres e na divisão hierárquica do trabalho sociosexual, na condenação de desejos e afetos não binários e não heterossexuais, realizaram (ainda realizam, aliás) um grande trabalho de subversão dessa ordem sexual, historicizando seus pressupostos e mecanismos. Aquilo que se mostrava como “natural”, “universal”, “essência”, “instinto”, “conforme a vontade Deus” etc., só se revestia dessas características por causa de um constante e imperceptível processo de **fabricação social de corpos e de sujeição psíquica**, em que meninos e meninas, homens e mulheres eram socializados num sistema de gêneros binarista, masculinista, patriarcal e racializado.

O conceito de **gênero** revelou-se útil como categoria de análise histórica e de crítica à dominação masculina e da ordem

sociosexual dela decorrente, porque tal conceito permitia revelar aquilo que estava “encoberto”, “naturalizado”, “entranhado” na cosmologia falocêntrica da dominação masculina. Contra a ideia de um sexo já dado pela natureza, portanto universal e imutável, o conceito de gênero mostra que corpos, sexos e sujeitos sexuados são **criações históricas, artefatos culturais**. Segundo a definição da historiadora Joan Scott (1995), gênero é um conceito que nos permite analisar “a organização social da diferença sexual”; o gênero “é o conhecimento que estabelece significados para diferenças corporais”.

A antropóloga Gayle Rubin, na mesma direção, passa a falar no par: **sistema sexo-gênero**, definindo-o como “o conjunto de acordos sobre os quais a sociedade transforma a sexualidade biológica em produtos da atividade humana, e nos quais essas necessidades sexuais transformadas são satisfeitas” (RUBIN, 1975). Daí a potência crítica desses conceitos, pois eles revelam os mecanismos de “eternização do arbitrário” (expressão de Bourdieu), que estão na origem da norma sociosexual hegemônica que faz a dominação masculina parecer legítima e natural. Também é por causa disso que o conceito de gênero é combatido pelo pensamento conservador, porque desestabiliza o sistema de sujeição e de privilégios em que se assenta a sociedade machista.

6

A CONSTRUÇÃO DA MASCULINIDADE COMO CONCEITO E COMO CAMPO DE ESTUDOS

Os homens e o masculino, até então pressupostos como gênero universal – vamos lembrar que os estudos de gênero e as ditas “questões de gênero” foram de início considerados estudos específicos sobre a vida das mulheres – passam a constituir-se objeto de problematização. Tomando a sintética e pertinente definição de JJ Bolla (2020), a masculinidade pode ser definida como “uma performance para a qual os homens são socialmente condicionados”. Outra forma de definir a masculinidade é a de entendê-la como “uma configuração da prática em torno da posição dos homens na estrutura das relações de gênero” (Connell, 1995). Os estudos e as teorizações, a partir do fim dos anos 1980 e início dos anos 1990, revelarão aspectos importantes desse processo de **tornar-se homem**, marcado por complexos mecanismos de sujeição e ritualização do masculino, traduzidos na performatização de um modelo imposto aos homens de uma relação com o corpo, com as emoções, com a atividade, com a

violência, com o outro sexo etc., aprovada socialmente.

O estado da arte sobre homens e masculinidades tem avançado em várias direções e campos temáticos: estudos relacionais da masculinidade a partir de dinâmicas de poder baseadas nas diferenças de gênero; dinâmicas de poder na construção de carreiras profissionais; ritos de passagem e iniciação no mundo dos homens, em suas relações com o sofrimento, a agressividade, a violência e dinâmicas criminais; questões envolvendo honra, dinâmicas intrafamiliares e relação com modelos de parentalidade; práticas de *bullying* escolar e homofóbico; modelos midiáticos sobre o ser homem; cuidado do corpo, saúde e prevenção; modelos de masculinidade situados a partir de dinâmicas interseccionais, desigualdades sociais e processos de racialização; construção de identidades transmasculinas e crítica ao modelo cissexual-binário.

No conjunto das teorizações sobre masculinidade, um conceito merece ser desta-





cado, dada a sua centralidade nos últimos 30 anos: o conceito de **masculinidade hegemônica**. Robert Connell (2013) explora as possibilidades analíticas daquele conceito, resumidos a seguir.

Em primeiro lugar, o conceito desautoriza uma compreensão essencialista do masculino e da masculinidade. Em vez disso, propõe um modelo de análise da identidade masculina e da masculinidade que leva em conta múltiplas relações de poder e múltiplas dimensões do gênero. Desconstrói a ideia de um modelo único e homogêneo de masculinidade, sendo sua característica fundamental “a combinação da pluralidade das masculinidades e a hierarquia entre masculinidades”. Ou seja, trata-se de um modelo de análise que nos convida a reconhecer as disputas de poder e a agência dos indivíduos, em contextos sociais determinados. Desse modo, as masculinidades socialmente dominantes são aquelas que podem contar com o consenso e a aprovação cultural, simultaneamente marginalizando aquelas formas alternativas de expressão do masculino.

O conceito de masculinidade hegemônica, lembra-nos Connell, originou-se dos estudos sobre **homens homossexuais**, vítimas do preconceito e da violência homofóbica, sendo o conceito de homofobia relacionado à crítica do papel masculino convencional. Homens gays, então, figurariam, nesse modelo hierárquico, como formas de expressão de masculinidades subordinadas ou subalternas. Michael Kimmel (1998) tem um artigo importante no qual discute essa **produção simultânea de masculinidades hegemônicas e subalternas**. Poderíamos, assim, pensar num modelo hierárquico em que o topo da

pirâmide da hierarquia seria ocupado pelo “homem predador”, ativo, heterossexual, branco, jovem, bem-sucedido profissionalmente, viril etc. A base da hierarquia, seus estratos inferiores se relacionariam com atributos associados ao feminino e à passividade social e sexual.

Outro ponto importante a lembrar é que a equivalência entre masculinidade hegemônica e masculinidade normal não se deve a critérios estatísticos, já que apenas uma minoria dos meninos e homens conseguiria encarnar, em suas vidas cotidianas, todas as prerrogativas dessa masculinidade legitimada socialmente. O que não impede, no entanto, que ela continue funcionando como modelo normativo. Aqui esbarramos em um ponto crucial, na medida em que pouco se tem estudado sobre os processos de divisão interna e de conflito emocional vivenciados por meninos e homens, mesmo aqueles que “encarnam” a masculinidade hegemônica em suas relações interpessoais. As injunções: “engula o choro”, “seja homem”, “mantenha sua palavra”, assim como as suspeitas: “não é homem, não?”, “tá me estranhando, mah?”, “parece que é boiola” etc., vão impedindo uma relação mais flexível com os sentimentos e a experimentação da vulnerabilidade. Em troca, produz-se alienação emocional, comportamentos rígidos e estereotipados, rechaçando qualquer oscilação sobre a própria masculinidade, o que, em casos-limite, irrompe como violência, especialmente aquela dirigida às mulheres, e como outras práticas tóxicas (ver à frente o tópico “Masculinidade tóxica e relacionamento abusivo”).

Miriam Grossi (2004) aponta, nesse sentido, que o modelo da masculinidade hegemônica não se constitui apenas em relação



à sexualidade (com o modelo do macho predador), mas também em performances de hiperatividade, agressividade e controle sobre a dor corporal e o sofrimento, por exemplo, nos esportes, uma vez que, segundo a antropóloga, “é pela violência contra si mesmo que se faz a masculinidade”. E, se formos pensar os processos de constituição de identidades masculinas levando em conta os processos de exclusão socioeconômica e de racialização no Brasil, poderemos ver como se potencializa a relação entre identidades masculinas e a violência, seja a partir da inserção de meninos e homens jovens negros e pobres nas redes do tráfico de drogas e na criminalidade, seja a partir da humilhação social e da exclusão de direitos sociais básicos, como habitação, saúde e emprego, sentidas como ataques à honra e à dignidade, seja a partir de práticas de racismo institucional e da violência policial, induzindo à vergonha e à desumanização de adolescentes e homens negros (vidas facilmente encarceradas e matáveis).

Há um consenso entre os estudiosos da masculinidade e da identidade masculina de que, embora útil, o modelo analítico da masculinidade hegemônica precisa avançar no sentido de incorporar a perspectiva das **masculinidades múltiplas**, produzidas a partir de diferentes ordens de gênero contextualizadas. Recentemente, as pesquisas tentam incorporar ao estudo das identidades masculinas novas perspectivas, pensando a articulação de marcadores sociais da diferença como dimensões relevantes para se pensar as masculinidades (especialmente classe e raça), assim novas epistemologias forjadas a partir de contextos não ocidentais (teorias descoloniais e contracoloniais) para se pensar dinâmicas de gênero e sexualidade. Também é digno de menção, nessas novas teorizações sobre identidades masculinas, a produção de pesquisas que lançam luzes sobre masculinidades lésbicas e transmasculinidades (por exemplo, citamos os trabalhos de Halberstam, Preciado e Ávila, citados nas referências).



ENTENDENDO O DEBATE

Para encerrar, destacamos alguns tópicos relevantes para acompanhar o debate, em curso na sociedade brasileira, sobre identidades masculinas e masculinidades.

Masculinidades brasileiras

Os estudos sobre masculinidades no Brasil, desde os estudos de Gilberto Freyre sobre sociedade patriarcal brasileira a partir do século XVIII até os estudos de antropologia urbana da segunda metade do século XX, apresentam a permanência de modelos tradicionais associados às identidades masculinas, incorporados a outras dimensões da vida social e política do País (tais como o machismo, o racismo e a desigualdade de classe). A partir da década de 1970, algumas pesquisas põem em destaque a ascendência de modelos de sexo-gênero mais igualitários, relacionados a dois contextos específicos:

1. O das identidades homossexuais masculinas, por exemplo, o estudo de Carmen Dora Guimarães sobre a cultura homossexual



masculina entre setores de classe média alta no Rio de Janeiro e, no início dos anos 1980, o de Peter Fry sobre a coexistência de dois modelos de relacionamento sexual entre homens: um hierárquico, em que o parceiro ativo era classificado como “bofe” e o parceiro passivo como “bicha”, e outro modelo, mais igualitário, em que o desempenho da posição sexual ativa não determinaria uma diferenciação entre os parceiros, ambos identificados como “bichas”.

2. O segundo contexto relaciona-se ao processo de psicologização das classes médias, estudado por Jane Russo, no Rio de Janeiro, em que a influência da psicanálise e de outros saberes e terapias induziam a um processo de modernização dos relacionamentos afetivo-sexuais e familiares. Inclui-se também nesse contexto o estudo de Tania Salem sobre “o casal grávido”, em que os homens de classe média passam a aderir a um modelo igualitário no processo de gestação, nascimento e cuidados com os bebês, compartilhando afeto e trabalho com suas companheiras. Seria possível mencionar também os estudos mais recentes que incorporam em suas análises novos contextos para problematizar as identidades masculinas brasileiras, tais como aqueles que discutem as transformações do masculino em suas interfaces com a violência de gênero, a partir da Lei Maria da Penha; os estudos sobre homens e saúde sexual e reprodutiva (Arilha et al, 1998), dentre outros. No

que concerne ao Nordeste, o estudo de Durval Muniz Albuquerque Jr. (2003) sobre a construção do nordestino a partir dos atributos da virilidade, na primeira metade do século XX, ajuda-nos a entender importantes processos de modernização da sociedade brasileira.

Masculinidade tóxica e relacionamento abusivo

A masculinidade tóxica se origina do modelo de masculinidade hegemônica (alguns teóricos chegam a pensar esses termos como sinônimos) e se manifesta simultaneamente em duas direções:

1. Em relação ao próprio sujeito, que acaba sofrendo os efeitos do modelo da masculinidade hegemônica, especialmente nas prerrogativas de atividade, autonomia e controle das emoções. Provoca alienação emocional e comportamentos estereotipados no próprio homem e pode induzir também ao preconceito homofóbico e ao comportamento machista.

2. Nas relações afetivas, em que o homem, contando com os privilégios sociais da masculinidade tenta impor formas de relacionamento que impedem a autonomia da mulher, que a subalternizam ou desvalorizam a sua autoestima. (O mesmo pode ser dito em relacionamentos não heterossexuais). Esse termo tem atualmente ocupado bastante a mídia e as redes sociais, deslocando-o para pensar relacionamentos ditos tóxicos ou abusivos. O

relacionamento abusivo baseia-se no pressuposto de que o abusador pode dispor da vida do outro conforme suas expectativas, ansiedades e inseguranças, recusando-se a ouvir o ponto de vista do outro como tão relevante quanto o seu; pode haver imposição de sua voz, com uso potencial da força, mesclando dominação psicológica, codependência, culpabilização e afeto. O relacionamento abusivo pode ocorrer em diversos outros contextos relacionais, em que estejam em jogo dinâmicas de gênero mediadas por violência, sexo, status e agressão.

Cultura do estupro

O termo foi cunhado no âmbito dos movimentos feministas como estratégia política de enfrentamento dos mecanismos de invisibilização e naturalização da violência experimentada por mulheres no cotidiano. A designação “cultura” acentua tanto o caráter corriqueiro, de práticas assentadas no cotidiano, como também o caráter não natural das representações e práticas envolvendo a subordinação do corpo das mulheres. No limite, aponta que o corpo da mulher pode ser violado pelo agressor, por mais banal que seja a justificativa: seja por causa do vestuário que a mulher use, seja pela sua circulação na cidade em determinada hora ou local, seja por qualquer aproximação mínima numa festa etc. O termo ganhou repercussão nas redes sociais e no debate político do País nos últimos anos, após a consolidação nas esferas do Executivo



e do Legislativo de grupos políticos conservadores e fundamentalistas, assim como após a publicização de diversos episódios de abuso sexual e estupro praticados por homens líderes religiosos, médicos e outros profissionais, bem como de casos de estupros individuais e coletivos sofridos por mulheres. Recentemente, o caso de um empresário, denunciado pela vítima, recebeu uma sentença judicial inédita e foi chamado pela imprensa de “estupro culposo”, reacendendo o debate sobre o machismo e a violência de gênero no Brasil.

Reaprendizagens do masculino a partir da Lei Maria da Penha

Fruto de histórica luta pelo direito à proteção das mulheres brasileiras, a Lei nº 11.340, de 2006, mais conhecida como **Lei Maria da Penha**, funciona como resposta do Estado à situação de vulnerabilidade vivenciada pelas mulheres brasileiras, de todas as classes sociais, politizando aspectos da vida afetiva, conjugal e familiar que restavam à margem das garantias constitucionais. A Lei materializa-se numa rede de equipamentos, ainda não completamente implementada, de denúncia e proteção às usuárias vítimas de violência doméstica e/ou de gênero. Além de ser um indispensável dispositivo legal, a Lei Maria da Penha pode ser entendida também como um instrumento de contestação de modelos de gênero tradicionais e hierárquicos, proporcionando uma reaprendizagem sociocultural sobre a identidade masculina e a masculinidade. Vasconcelos (2015) e Za-

ranza (2016), dentre outras estudiosas, discutem essa reaprendizagem do masculino em suas pesquisas.

Homem feminista

A despeito de ter sido identificado inicialmente como “movimento anti-homem”, defrontando-se incessantemente a homens antifeministas, o feminismo, segundo a teórica bell hooks (2018) tem uma contribuição decisiva na educação de meninos e futuros homens num sentido de recusa ao machismo e ao sexismo. Não só em prol das mulheres, mas em prol da felicidade dos próprios garotos/homens, que não precisariam mais sacrificar sua autoestima e alienar-se de uma conexão com os próprios sentimentos, efeitos da educação sexista. Pois o modelo de masculinidade hegemônica e o patriarcado estão permeados de elementos tóxicos, e a maioria de meninos e homens sofrem ao serem expostos a uma educação misógina, tornando-se eles próprios vítimas do sexismo. Um homem feminista seria aquele aliado à causa das mulheres, das crianças, dos negros e negras, dos lgbtqi+, constituindo uma aliança pelo estabelecimento de uma cultura de paz e de uma democracia política, emocional e interpessoal.

Transmasculinidade e pensamento não binário

Campo emergente no Brasil, a partir dos anos 2000, os estudos sobre **transexualidade** têm se expandido na última década, tendo

sido incorporada a perspectiva das transmasculinidades. Os estudos trans – simplificando esse campo de investigação múltiplo – têm como ponto comum a crítica ao modelo de sexo-gênero binário, este ligado ao pressuposto da cissexualidade, ou seja, ao pressuposto de uma harmonia natural e necessária entre corpo (anatomia designada no nascimento), **identidade de gênero** (o sentir-se homem ou mulher, identificando-se aos modelos de masculinidade ou feminilidade) e **orientação sexual** (escolha sexual dos parceiros, orientada pela heterossexualidade ou pela homossexualidade). Este é um modelo binário porque qualquer alternativa a um dos polos (masculino x feminino) pareceria estranha ou aberrante (daí a associação com o caráter queer, bizarro, desse campo de estudos, ligado à teoria queer) à norma sociossexual heterocêntrica (a heterossexualidade seria o modelo normal da sexualidade, com vistas à reprodução do social). É também, como consequência, um modelo cissexista, porque pressupõe as pessoas cis como modelo de normalidade e as pessoas trans como aberrantes. No que concerne à masculinidade, enquanto produzida por tecnologias de gênero, deixa de ser pensada como atributo exclusivo dos homens e pode ser apropriada e recriada por outros sujeitos, sejam mulheres, sejam transhomens, sejam sujeitos fluidos, ou não binários (isto é, pessoas que contestam uma identidade sexual e de gênero estável e homogênea). Os trabalhos de Halberstam, Preciado e Ávila, citados nas Referências, aprofundam essas questões.



REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE Jr., Durval Muniz. **Nordestino: uma invenção do falo**. Uma história do gênero masculino (Nordeste 1920-1940). Maceió: Edições Catavento, 2003.

ALMEIDA, Miguel Vale. **Senhores de si**: uma interpretação antropológica da masculinidade. Lisboa: Fim de século, 2000.

ARILHA, Margaret; UNBEHAUM, Sandra; MEDRADO, Benedito. **Homens e masculinidades**: outras palavras. São Paulo: ECOS/Editora 34, 1998.

ÁVILA, Simone. **Transmasculinidades**: A emergência de novas identidades políticas e sociais. Rio de Janeiro: Multifoco, 2015.

BADINTER, Elisabeth. **XY: sobre a identidade masculina**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

BOLLA, JJ. **Seja homem**: a masculinidade desmascarada. Porto Alegre; São Paulo: Dublinense, 2020.

BORIS, Georges B. **Falas de homens**: a construção da subjetividade masculina. São Paulo: Annablume, 2011.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1999.

CAETANO, Marcio. SILVA JUNIOR, Paulo Melgaço (org.). **De guri a cabra macho**: masculinidades no Brasil. Rio de Janeiro: Lamparina, 2018.

CONNELL, Robert W.; MESSERSCHMIDT, James W. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. **Revista Estudos Feministas**. vol.21 n.1, Florianópolis Jan./Apr. 2013.

CONNELL, Raewyn. **Gênero em termos reais**. Editora Nversos, 2016.

CONNELL, Robert W. **Políticas da masculinidade**. Revista Educação & Realidade, Porto Alegre: UFRGS, v. 20, n.5, p. 185-206, jul/dez 1995.

CORBIN, Alain *et al.* (dir.). **História da virilidade**. (3 volumes). Petrópolis: Vozes, 2013.

DA MATTÁ, Roberto. **O que faz o Brasil, Brasil**. Rio de Janeiro: Rocco, 1986.

DAVIS, Angela. Estupro, racismo e o mito do estupro negro. In: **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DEL PRIORE, Mary; AMANTINO, Marcia (org.). **História dos homens no Brasil**. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

GIDDENS, Anthony. **A transformação da intimidade**. Sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas. São Paulo: Editora Unesp, 1993.

GROSSI, Miriam Pillar. **Masculinidades**: Uma revisão teórica. Antropologia em Primeira Mão, Florianópolis, 2004.

HALBERSTAM, Judith. **Masculinidade feminina**. Barcelona-Madrid: EGARES, 2008.

HÉRITIER, Françoise. **Masculino/Feminino**. Enciclopédia Einaudi, vol. 20. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1989.

HOOKS, bell. Masculinidade feminista. In: **O feminismo é para todo mundo**: políticas arrebatadoras. Rosa dos Tempos, 2018.

ILLOUZ, Eva. **Erotismo de autoayuda**: “Cincuenta sombras de Grey” y el nuevo orden romántico. Buenos Aires: Katz Editores, 2014.

KIMMEL, Michael. A produção simultânea de masculinidades hegemônicas e subalternas. In: **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 4, n. 9, out. 1998.

LAQUEUR, Thomas. **Inventando o sexo**: corpo e gênero dos gregos a Freud. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

LAURETIS, Teresa de. A tecnologia do gênero. In HOLLANDA, Heloisa Buarque de. (org.) **Tendências e Impasses**: o feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

PAIVA, Cristian. **Reservados e invisíveis**: o ethos íntimo das parcerias homoeróticas. São Paulo: Pontes, 2007.

PATEMAN, Carole. **O contrato sexual**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

PRECIADO, Beatriz. **Testo junkie**: sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica. São Paulo: n-1 Edições, 2018.

RESTIER, Henrique; SOUZA, Rolf Malungo (orgs). **Diálogos contemporâneos sobre homens negros e masculinidade**. São Paulo: Ciclo Contínuo, 2019.

RUBIN, Gayle. **Políticas do sexo**. São Paulo: UBU, 2017.

SCHPUN, Mônica Raisa. (org.). **Masculinidades**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil para a análise histórica**. Recife: SOS Corpo, 1995.

VASCONCELOS, Francis Emmanuelle; PAIVA, A. Cristian S. Reaprendizagens do masculino após o advento da Lei “Maria da Penha”. **O Público e o Privado**, n. 25, janeiro/junho 2015.

VIGOYA, Mara Viveiros. **As cores da masculinidade**. Experiências internacionais e práticas de poder na Nossa América. Papéis Selvagens, 2018.

ZARANZA, Janaína. **Com o diabo na cabeça**: um estudo sobre as ressignificações do masculino e do feminino no contexto da lei Maria da Penha. Tese. (Sociologia). PPGS/UFC, 2016.

AUTOR

CRISTIAN S. PAIVA

Possui graduação em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC), com formação psicanalítica. Doutorado em Sociologia pela UFC e pós-doutorado em *Sociologie et Anthropologie*, na *Université de Strasbourg* (França). Coordena o Núcleo de Pesquisas sobre Sexualidade, Gênero e Subjetividade (NUSS), laboratório vinculado à linha de Pesquisa: Diversidades culturais, estudos de gênero e processos identitários, do PPG em Sociologia da UFC.

ILUSTRADOR

CARLUS CAMPOS

Artista gráfico, pintor e gravador, começou a carreira em 1987 como ilustrador no jornal O POVO. Na construção do seu trabalho, aborda várias técnicas como: xilogravura, pintura, infogravura, aquarelas e desenho. Ilustrou revistas nacionais importantes como a *Caros Amigos* e a *Bravo*. Dentro da produção gráfica ganhou prêmios em salões de Recife, São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul.

APOIO



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DO CEARÁ

PATROCÍNIO



Assembleia Legislativa
do Estado do Ceará

REALIZAÇÃO



CÂMARA MUNICIPAL DE
FORTALEZA



universidade
aberta
do nordeste



Fundação
Demócrito
Rocha